

Parecer n. 01/2018/CTCOB/CNRH/MMA

Assunto: Minuta de Resolução sobre a atualização dos mecanismos de cobrança para a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

1. Histórico

- 1.1.** Durante a análise da proposta da metodologia de cobrança pelo CBH-São Francisco, durante a 98ª Reunião da CTCOB, em outubro de 2017, houve a apresentação preliminar por parte da Diretoria do CBHSF juntamente com sua respectiva Entidade Delegatária de Funções de Agência de Água quanto aos estudos e análises realizados e o processo de debate e aprovação naquele colegiado.
- 1.2.** Foram ouvidos representantes do setor do agronegócio, notadamente os irrigantes, que apresentaram discordância quanto à metodologia aprovada na Deliberação n.94 do CBH-SF, e também sobre a necessidade de que a Câmara discutisse mecanismos de reajuste dos PPUs.
- 1.3.** Não havia na 98ª Reunião da CTCOB disponível a nota técnica da Agência Nacional de Águas para subsidiar a análise completa da matéria pela CTCOB.
- 1.4.** O assunto foi discutido com base nas apresentações realizadas, sendo feita uma análise prévia durante a 98ª Reunião da CTCOB, em outubro de 2017, e os encaminhamentos levaram à decisão de que fosse solicitada à ANA a elaboração de nota técnica sobre a proposta trazida pelo CBHSF e, posteriormente feita uma Proposta de Resolução a ser discutida no próximo encontro.
- 1.5.** A Minuta de Resolução foi apresentada, discutida e preparada coletivamente durante a 99ª Reunião da CTCOB, ocorrida em 2 de fevereiro de 2018, resumando os pontos principais expressos ao longo da Nota Técnica da ANA adicionados do posicionamento dos diversos setores que compõem a câmara técnica, gerando a versão anexa a este Parecer, encaminhado para submissão à análise da CTIL.

2. Síntese das Discussões Técnicas

- 2.1.** O assunto foi alvo de discussão prévia durante a 98ª Reunião da CTCOB, em razão da manifestação do setor do agronegócio, em especial os irrigantes, encaminhada à Secretaria Executiva do CNRH. Diversos grupos representativos dos irrigantes em toda a bacia hidrográfica manifestaram a sua preocupação quanto à nova metodologia aprovada pelo CBHSF, em especial em razão dos pontos a seguir:
 - a) Impossibilidade ou dificuldade de repasse do aumento dos custos de produção em razão dos novos valores da cobrança, diferente do que ocorre nos demais setores;
 - b) Pouco prazo, ou inviabilidade técnica, para a implantação de melhorias ou modificação dos métodos de irrigação hoje praticados, o que poderia resultar em uma elevação substancial a ser absorvida pelos produtores de uma única vez;
 - c) Necessidade de maior prazo para que o setor absorvesse os impactos advindos da atualização da metodologia e mecanismos de cobrança;
- 2.2.** Encaminhada a demanda do setor, o assunto foi incluso na pauta de reunião havida em outubro, durante a qual houve a oportunidade de apresentação da proposta do comitê para um grupo maior dos irrigantes, além dos representantes deste setor no próprio CBH. As lideranças do setor na bacia também puderam apresentar suas preocupações e mostrar simulações que ilustraram as suas discordâncias quanto ao método e os prazos propostos pelo comitê.

23. As discussões foram bastante produtivas e serviram como embasamento para o posicionamento futuro dos membros da CTCOB, quando do envio da Nota Técnica da Agência Nacional de Águas. Esse documento foi datado em dezembro e protocolado junto à Secretaria Executiva do Conselho Nacional, em 04 de janeiro de 2018.
24. A Nota Técnica foi distribuída aos membros da Câmara obedecendo ao prazo regulamentar para a 99ª Reunião da CTCOB.
25. Segundo apontado na Nota Técnica da ANA foram identificados erros materiais na Deliberação CBHSF n.94/17, os quais foram assumidos pelo presidente do Comitê. Após debate pelos membros da CTCOB, foi proposta a correção de tais erros materiais na minuta.
26. O prazo de aplicabilidade das metodologias contidas Resolução CBHSF n. 94, foi estendido para 1º de janeiro de 2019, com base na análise da viabilidade operacional de alguns dos coeficientes contidos na proposta do CBHSF, feita pela ANA.
27. Embora haja o risco de não obtenção de dados confiáveis para o cálculo desses coeficientes, alertado pela ANA. A CTCOB sugere que a cobrança seja aprovada como pretendido pelo CBHSF, baseado no compromisso dos representantes da ANA e da Agência Peixe Vivo e do CBHSF de intensificar esforços, de modo conjunto, para tentar garantir a obtenção de tais dados. Foi destacado que a aplicação prática da proposta trazida pelo CBHSF possibilitará a avaliação da efetividade de tais coeficientes para a gestão de recursos hídricos.
28. Pelos membros da CTCOB foi feito o registro da importância da continuidade do debate e do aprimoramento do instrumento Cobrança na região hidrográfica do CBHSF.
29. Deve-se ressaltar que o posicionamento da CTCOB pela aprovação da metodologia com as alterações mencionadas acima e explicitadas apropriadamente na Minuta da Resolução podem parecer divergir das Conclusões expressas na Nota Técnica preparada pela Agência Nacional de Águas, mas baseiam-se no inteiro teor do documento e no posicionamento dos representantes da Agência, registrado na gravação da 99ª Reunião da CTCOB, com o qual concordaram os representantes do CBHSF e da Agência Peixe Vivo, entidade delegatária de funções de agência de água para aquela bacia até 2021.

3. Conclusão

31. Desta forma, a CTCOB sugere a aprovação dos mecanismos de cobrança propostos Comitê de Bacia do Rio São Francisco, através da Deliberação CBH SF n. 94/17, ressaltados os erros materiais apontados pela ANA em sua Nota Técnica e durante a reunião da câmara técnica, bem como o prazo de aplicabilidade das metodologias propostas. O que está refletido e transcrito na Minuta de Resolução anexa ao presente parecer.
32. Encaminha-se a Minuta de Resolução à CTIL para análise e emissão de parecer que subsidie a deliberação do Plenário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos acerca da nova metodologia de cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União na bacia do Rio São Francisco, que passa a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2019, caso aprovada.

Este é o parecer, preparado conjuntamente com a relatoria da CTCOB.

Em, 06 de fevereiro de 2018.



LÍVIA SOALHEIRO E ROMANO
Presidente da CTCOB